


|   |                                       |       |             |   |                              |                       |
|---|---------------------------------------|-------|-------------|---|------------------------------|-----------------------|
| Tema: <b>Press Clippings</b>                                  |                                       |       |             |  | Âmbito: <b>Nacional</b>      | Tiragem: <b>62042</b> |
| Título: <b>Decidir se os EUA abusaram da boa-fé da Europa</b> |                                       |       |             |   | Temática: <b>Generalista</b> | GRP: <b>3.3</b>       |
| 2007/02/10  | <b>DIARIO DE NOTICIAS – PRINCIPAL</b> | Pág.8 | Imagem: 1/1 |   | Periodicidade: <b>Diaria</b> | Inv.: <b>1342.50</b>  |

RELATÓRIO DO PARLAMENTO EUROPEU SOBRE OS VOOS DA CIA

# Decidir se os EUA abusaram da ‘boa-fé’ da Europa

Ⓜ Luís Naves

O Parlamento Europeu aprovará na quarta-feira, sem dificuldade, o relatório da comissão temporária sobre os voos da CIA, disse ontem Carlos Coelho, o eurodeputado do PSD que lidera a comissão. Num encontro com jornalistas, em Lisboa, Coelho explicou que aquilo que está em causa no documento é saber “se os EUA abusaram ou não da boa-fé” dos aliados europeus.

Serão discutidas 300 emendas,

número considerado normal num relatório tão mediático. As alterações resultam de pressões nacionais, no sentido de serem menos severas as referências a cada um dos 12 Estados mencionados, incluindo Portugal. O texto terá mais de 40 recomendações dirigidas aos governos.

O Parlamento vai também pedir ao Conselho Europeu que mande efectuar uma investigação independente, para determinar se houve violação dos direitos humanos por algum Estado-membro que tenha colaborado com a CIA. O que a ser confirmado poderia dar lugar a san-

**Uma comissão temporária tem limitações, pois a colaboração é voluntária e mentir não constitui crime**

ções. Apela-se também ao encerramento de Guantánamo e menciona-se a possibilidade de indemnizações às vítimas.

O relatório enfrentou críticas sobre a criação de potenciais conflitos transatlânticos, interesses nacionais e até divisões partidárias. Tratando-se de uma comissão temporária, a investigação dependia da boa vontade dos inquiridos. Os testemunhos não eram obrigatórios e a mentira não constituía crime.

Segundo Carlos Coelho, o relatório dará visibilidade às vítimas, através da denúncia de torturas pratica-

das pelos serviços de informação americanos. A aprovação do documento mostra também que a UE forma uma “comunidade de valores comuns”, disse o eurodeputado, que afirmou ter ficado chocado com a crueza de alguns testemunhos. Na sua opinião, o tratamento dos prisioneiros foi “inaceitável”.

Em Guantánamo, uma base na ilha de Cuba, as autoridades americanas mantêm 250 presos sem culpa formada e sem direito a julgamento justo ou às garantias que a Convenção de Genebra concede a prisioneiros de guerra. I